

# TJ-BA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

500 questões gabaritadas  
Praticando



CÓD: SL-075AB-23  
7908433234944

## Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa .....	5
2. Matemática e Raciocínio Lógico .....	79
3. Legislação .....	97
4. Noções de Direito Constitucional .....	109
5. Noções de Direito Administrativo .....	137
6. Noções de Administração Pública .....	161

– Por que o senhor não vai plantar em terreno ainda não cultivado? O sítio lá tem cinco alqueires, pois então escolha o mais distante e faça a sua horta nele.

– Planto onde eu quiser. Não faltava mais nada! Um homem como eu, já idoso...

[5] E cisma de ganhar dinheiro na cidade, podando árvore de rua.

– Arranjo uma tesoura grande e saio por aí caçando serviço. Estou novo ainda, sabe? E a prefeitura está carecendo de gente disposta.

Não arranja nada, e a prefeitura não lhe sente a falta. Vai para Vitória, em casa do terceiro filho, e pensa em adquirir um rebolo para amolar facas, com que atenda às necessidades do bairro. Ponderam-lhe:

– Eu, se fosse o senhor, fazia um orquidário. É tão lindo, distrai tanto. E depois, há espécies fabulosas, que rendem um colosso.

– É? Leva vinte anos para dar uma parasita que preste, não tenho lucro nenhum. Ora-e-essa!

[10] Tem horror a criança. Solenemente, faz queixa do bisneto, que lhe sumiu com a palha de cigarro, para vingar-se de seus ralhos intempestivos. Menino é bicho ruim, comenta. Ao chegar a avô, era terno e até meloso, mas a idade o torna coriáceo.

No trocar de roupa, atira ao chão as peças usadas. Alguém as recolhe à cesta, para lavar. Ele suspeita que pretendem subtraí-las, vai à cesta, vasculha, retira o que é seu, lava-o, passa-o. Mal, naturalmente.

– Da próxima vez que ele vier, diz a nora, terei de fechar o registro para evitar que desperdice água.

Espanta-se com os direitos concedidos às empregadas. Onde se viu? Isso aqui é o paraíso das criadas. A patroa acorda cedo, para despertar a cozinheira. Ele se levanta mais cedo ainda, e vai acordar a dona da casa:

– Acorda, sua mandriona, o dia já clareou!

[15] As empregadas reagem contra a tirania, despedem-se. E sem empregadas, sua presença ainda é mais terrível.

As netas adolescentes recebem amigos. Um deles, o pintor, foi acometido por um mal súbito e teve de deitar-se na cama de uma das garotas. Indignação: Que pouca vergonha é essa? Esse bandalho aí, conspurcando o leito de uma virgem? Ou quem sabe se nem é mais virgem?

– Vovô, o senhor é um monstro!

E é um custo impedir que ele escaramuce o doente para fora de casa.

– A senhora deixa suas filhas irem ao baile sozinhas com rapazes? Diga, a senhora deixa?

[20] – Não vão sozinhas, vão com os rapazes.

– Pior ainda! Muito pior! A obrigação dos pais é acompanhar as filhas a tudo quanto é festa.

– Papai, a gente nem pode entrar lá com as meninas. É coisa de brotos

– É, não é? Pois me dá depressa o chapéu para eu ir lá dizer poucas e boas!

Não se sabe o que fazer dele. Que fim se pode dar a velhos implicantes? O jeito é guardá-lo por três meses e deixá-lo ir para outra casa, brigado. Mais três meses, e nova mudança nas mesmas condições. O velho é duro:

[25] – Vocês me deixam esbodegado, vocês são insuportáveis! – queixa-se ao sair. Mas volta.

– Descubri que paciência é uma forma de amor – diz-me uma das filhas, sorrindo.

(Adaptado de: ANDRADE, Carlos Drummond de. *A bolsa e a vida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012)

Um novo vocábulo pode ser formado quando passa de uma classe gramatical a outra, sem a modificação de sua forma. É o que se denomina derivação imprópria. Constitui exemplo de derivação imprópria o termo sublinhado em:

(A) *Leva vinte anos para dar uma parasita que preste, não tenho lucro nenhum.*

(B) *Por que o senhor não vai plantar em terreno ainda não cultivado?*

(C) *E cisma de ganhar dinheiro na cidade, podando árvore de rua.*

(D) *No trocar de roupa, atira ao chão as peças usadas.*

(E) *A patroa acorda cedo, para despertar a cozinheira.*

5. FCC - TJ TRT4/TRT 4/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Conjugação. Reconhecimento e emprego dos modos e tempos verbais

Para responder a questão, considere o trecho da crônica "O VIP sem querer", de Carlos Drummond de Andrade.

*João Brandão foi ao Aeroporto Internacional para abraçar um amigo dileto, que viajava com destino ao Paraguai. Pessoa comum despedindo-se de pessoa comum. Mas acontecem coisas. Alguém, informado da viagem, pediu ao amigo que levasse uma encomenda a Assunção. A encomenda apareceu na hora, entregue por um senhor que foi logo dizendo:*

– *O doutor não precisa se incomodar. Eu providencio o despacho e tudo mais.*

*O avião estava atrasado duas horas, o que não é muito, em comparação com outros atrasos por aí, inclusive o da chegada do estado de direito. O senhor da encomenda procurou amenizar a espera:*

- (A) 215.
- (B) 218.
- (C) 217.
- (D) 216.
- (E) 219.

11. FCC - AJ TRT14/TRT 14/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Marta e Nilson brincam da seguinte maneira. Marta sempre começa e escolhe um número inteiro maior ou igual a 1 e menor do que 10000. Em seguida, Nilson multiplica esse número por 4, 7 ou 9. Depois, Marta multiplica o produto obtido por Nilson por 4, 7 ou 9 e, assim, sucessivamente, cada um, na sua vez, multiplica o produto obtido na multiplicação anterior por 4, 7 ou 9. Ganha o jogo quem obtém um produto maior do que 10000. Existem vários números que Marta pode escolher para começar o jogo e garantir que ganhará. Entre esses números estão

- (A) 4, 7 e 9.
- (B) 6, 8 e 32.
- (C) 8, 29 e 278.
- (D) 12, 33 e 333.
- (E) 19, 81 e 350.

12. FCC - TJ TRT17/TRT 17/ADMINISTRATIVA/2022

Assunto: Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Há 20 alunos em uma classe, entre meninas e meninos. O professor distribui 41 lápis entre as meninas. Cada menina recebe o mesmo número de lápis e sobram 2 lápis. Se há mais meninas do que meninos, o número de meninos na turma é

- (A) 7
- (B) 9
- (C) 11
- (D) 13
- (E) 5

13. FCC - TJ TRT17/TRT 17/APOIO ESPECIALIZADO/ENFERMAGEM DO TRABALHO/2022

Assunto: Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

A diferença entre o menor número de 6 algarismos e o maior número de 4 algarismos é

- (A) 190001

- (B) 90000
- (C) 9001
- (D) 90001
- (E) 109001

14. FCC - TJ TRT5/TRT 5/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Um centro de distribuição recebeu 600 unidades de um produto A, 420 unidades de um produto B e 460 unidades de um produto C. As unidades dos produtos A, B e C foram embaladas em caixas com 12, 6 e 4 unidades, respectivamente. Em seguida foram montados kits com uma caixa do produto A, uma caixa do produto B e duas caixas do produto C. O número total de caixas restantes após a formação dos *kits* é

- (A) 26
- (B) 32
- (C) 45
- (D) 48
- (E) 35

15. FCC - ANA (DETRAN AP)/DETRAN AP/CONTABILIDADE E CONTROLE/2022

Assunto: Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Os números 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 devem ser divididos em dois grupos de forma que a soma dos números de cada grupo seja a mesma. O número de maneiras distintas para fazer isso é

- (A) 4.
- (B) 5.
- (C) 3.
- (D) 6.
- (E) 2.

16. FCC - AJ TRT4/TRT 4/APOIO ESPECIALIZADO/ESTATÍSTICA/2022

Assunto: Divisibilidade, números primos, fatores primos, divisor e múltiplo comum (MMC)

Cento e oitenta bombons, sendo noventa e seis de chocolate meio amargo e oitenta e quatro de chocolate ao leite, devem ser colocados em caixas. As caixas devem ter o mesmo número de bombons, e cada caixa deve ter apenas bombons de um mesmo sabor. O menor número de caixas a serem compradas é:

8. FGV - TNM (ALBA)/ALBA/ADMINISTRATIVA/2014  
Assunto: Do Provimento (arts. 8º a 43 da Lei nº 6.677/1994)

Conforme dispõe a Lei nº 6.677/94, o servidor nomeado para o cargo de provimento permanente ficará sujeito a estágio probatório, período no qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para desempenho do cargo.

Durante o referido período, deve ser observado o seguinte fator:

- (A) vida pregressa.
- (B) comportamento social.
- (C) capacidade de iniciativa.
- (D) desempenho de atividade física.
- (E) aprovações em posteriores certames públicos.

9. FCC - ANA PROC (PGE BA)/PGE BA/ADMINISTRATIVO/2013

Assunto: Do Provimento (arts. 8º a 43 da Lei nº 6.677/1994)

Quanto às formas de provimento de cargo público previstas na Lei estadual no 6.677/94, é correto afirmar:

- (A) A nomeação para funções de direção, chefia ou assessoramento dependerá de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação e o prazo de sua validade.
- (B) É possível a reversão do aposentado por invalidez, caso os motivos determinantes da sua aposentadoria tenham sido declarados insubsistentes por junta médica oficial.
- (C) Recondição é o retorno do servidor demitido ao cargo anteriormente ocupado, quando invalidada sua demissão por sentença judicial transitada em julgado.
- (D) Reintegração é o retorno do servidor estável, sem direito à indenização, ao cargo anteriormente ocupado, dentro da mesma carreira, em decorrência de recondição do anterior ocupante.
- (E) Aproveitamento é o cometimento ao servidor de novas atribuições, compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, comprovada por junta médica oficial, garantida a remuneração do cargo de que é titular.

10. FGV - ANA POR (CODEBA)/CODEBA/ADVOGADO/2010

Assunto: Do Provimento (arts. 8º a 43 da Lei nº 6.677/1994)

Assinale a afirmativa **INCORRETA** a respeito do regime jurídico do servidor público.

- (A) O servidor estável somente perderá o cargo em virtude de sentença transitada em julgado.
- (B) É condição para a aquisição da estabilidade a avaliação especial de desempenho.
- (C) O servidor ficará em disponibilidade se seu cargo for extinto.
- (D) O servidor estável somente será reintegrado ao seu cargo se invalidada sua demissão por sentença judicial.
- (E) O servidor estável, na condição de ocupante da vaga de outro que foi reintegrado, será reconduzido ao cargo de origem; entretanto, com direito à indenização.

11. FCC - AUD FISC (SEFAZ BA)/SEFAZ BA/ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E CONTROLE INTERNO/2019

Assunto: Da Relotação e da Remoção (arts. 49 e 50 da Lei nº 6.677/1994)

Dentre as disposições constitucionais e legais vigentes que constituem o regime jurídico dos servidores públicos do Estado da Bahia, inclui-se:

- (A) A Administração fazendária e seus servidores fiscais terão precedência sobre os demais setores administrativos, o que implica atendimento prioritário nos serviços da rede pública de saúde.
- (B) O tempo de contribuição relativo ao exercício de atividade privada pode ser contado para fins de aposentadoria e disponibilidade do servidor abrangido pelo regime próprio de previdência, até o limite máximo de dez anos.
- (C) O provimento dos cargos públicos da Administração autárquica e fundacional é de exclusiva competência do Governador do Estado.
- (D) A relotação é a movimentação do servidor, com o respectivo cargo, com ou sem mudança de sede, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder e natureza jurídica, cujos planos de cargos e vencimentos sejam idênticos, de acordo com o interesse da Administração.
- (E) A remoção a pedido por união de cônjuges ocorrerá, ainda que não haja claro de lotação no local de destino.

7. FCC - AJ TRT17/TRT 17/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Os moradores de uma mesma região desejam criar uma associação para defesa de seus interesses comuns. Em conformidade com a Constituição Federal, a criação dessa associação

- (A) depende de autorização, sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento e terá, independentemente de autorização, legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- (B) independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento e terá, se expressamente autorizada, legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- (C) independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento e terá, independentemente de autorização, legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- (D) depende de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento e terá, independentemente de autorização, legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- (E) independe de autorização, sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento e terá, se expressamente autorizada, legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.

8. FCC - AAT (DETRAN AP)/DETRAN AP/2022

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

À luz do que dispõe a Constituição Federal acerca dos direitos e garantias fundamentais,

- (A) é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, asseguradas apenas a plenitude de defesa, a publicidade das votações e a soberania dos veredictos.
- (B) não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia.
- (C) às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período pré-escolar.
- (D) nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime político, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

(E) ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade policial competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar.

9. FCC - AJ TRT18/TRT 18/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2023

Assunto: Espécies de nacionalidade (brasileiros natos e naturalizados)

Amara é angolana, originária de Angola, país que possui a língua portuguesa como idioma oficial, e reside no Brasil há três anos ininterruptos. Pierre, de nacionalidade francesa, originário, portanto, de país que possui o francês como idioma oficial, reside no Brasil há 17 anos ininterruptos. Desde que preenchidos os demais requisitos, com base apenas nas informações fornecidas, em conformidade com a Constituição Federal, na forma da lei, Amara

- (A) e Pierre não podem se naturalizar brasileiros, pois é exigida residência no Brasil por, no mínimo, 5 anos ininterruptos para os originários de países de língua portuguesa e de mais de 20 anos ininterruptos para os estrangeiros de qualquer nacionalidade.
- (B) e Pierre podem se naturalizar brasileiros, pois é exigida residência no Brasil por 1 ano ininterrupto para os originários de países de língua portuguesa e de mais de 15 anos ininterruptos para os estrangeiros de qualquer nacionalidade.
- (C) pode se naturalizar brasileira, pois é exigida residência no Brasil por 1 ano ininterrupto para os originários de países de língua portuguesa, mas Pierre não pode se naturalizar brasileiro, pois para os estrangeiros de qualquer nacionalidade é exigida residência no Brasil por mais de 20 anos.
- (D) não pode se naturalizar brasileira, pois é exigida residência no Brasil por, no mínimo, 5 anos ininterruptos para os originários de países de língua portuguesa, mas Pierre pode se naturalizar brasileiro, pois para os estrangeiros de qualquer nacionalidade é exigida residência no Brasil por mais de 15 anos.
- (E) e Pierre não podem se naturalizar brasileiros, pois é exigida residência no Brasil por mais de 20 anos ininterruptos para os estrangeiros de qualquer nacionalidade, sejam, ou não, originários de países de língua portuguesa.

(E) Impessoalidade e moralidade.

11. FCC - ASS PROC (PGE AM)/PGE AM/2022

Assunto: Princípios implícitos, reconhecidos e infra-constitucionais

A imposição de obrigações e restrições aos administradores, apenas nos limites necessários ao atingimento do interesse público colimado, constitui um corolário do princípio da

- (A) proporcionalidade, que predica adequação entre meios e fins.
- (B) legalidade, que é um princípio prevalente, cuja incidência afasta a dos demais.
- (C) eficiência, o qual, contudo, aplica-se à Administração Pública apenas subsidiariamente.
- (D) isonomia, o qual, todavia, pode ser afastado em prol da supremacia do interesse público.
- (E) razoabilidade, que impede a Administração Pública de atuar com poder de império.

12. FCC - TEC GP (PGE AM)/PGE AM/ADMINISTRAÇÃO/2022

Assunto: Princípios implícitos, reconhecidos e infra-constitucionais

Os conceitos de autotutela e de tutela presentes no regime jurídico aplicável à Administração Pública são

- (A) decorrentes da evolução histórica da organização da Administração Pública, sendo o primeiro expressão do modelo burocrático, e o segundo próprio do modelo gerencial.
- (B) ambos expressão do poder hierárquico exercido no âmbito da Administração Pública, sendo a tutela exercida na linha de comando entre superiores e seus subordinados e a autotutela no âmbito de autoridades da mesma linha hierárquica.
- (C) complementares, sendo o primeiro de natureza hierárquica, voltado estritamente às ações necessárias à organização funcional, e o segundo de caráter disciplinar, podendo importar aplicação de sanções.
- (D) diversos, sendo expressão da autotutela o poder-dever da Administração Pública de anular e rever seus atos, por razões, respectivamente, de legalidade e de conveniência, o que não se mostra presente na tutela, que corresponde ao denominado controle finalístico.
- (E) simétricos, sendo a autotutela aplicável no âmbito interno da Administração Pública, enquanto a tutela incide sobre particulares ligados à Administração Pública por vínculo contratual.

13. FCC - TJ TRT23/TRT 23/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Princípios implícitos, reconhecidos e infra-constitucionais

O princípio pelo qual a Administração Pública direta fiscaliza as atividades dos entes da Administração indireta, com o objetivo de garantir a observância de suas finalidades institucionais, é conhecido pela doutrina como princípio da

- (A) tutela.
- (B) eficiência.
- (C) hierarquia.
- (D) autotutela.
- (E) continuidade do serviço público.

14. FCC - SOLD (PM)/PM AP/COMBATENTE/2022

Assunto: Princípios implícitos, reconhecidos e infra-constitucionais

No que diz respeito ao princípio da autotutela, é correto afirmar:

- (A) A Administração pode revogar seus próprios atos por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos. Contudo, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, somente o Poder Judiciário poderá anulá-los, quando provocado.
- (B) Somente o Poder Judiciário pode revogar ou anular os atos da Administração pública, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ou por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- (C) A Administração pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou anulá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, independente da observância acerca de eventuais direitos adquiridos.
- (D) A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- (E) A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, mantidos, contudo, os direitos que deles se originaram, em obediência ao princípio da segurança jurídica. A revogação por motivo de conveniência ou oportunidade,

tentes, específicos, mensuráveis, relacionados com o prazo de divulgação de balanços patrimoniais e alcançáveis.

9. FCC - AJ TRT22/TRT 22/APOIO ESPECIALIZADO/BIBLIOTECONOMIA/2022

Assunto: Introdução ao Processo de Planejamento (diretrizes, princípios, características, etapas, níveis)

Consiste em comprometer os recursos – físicos, de pessoal e materiais – da unidade de informação com o melhor conhecimento possível do futuro. Isso requer a organização sistemática do esforço necessário para utilizar esses recursos e a mensuração dos resultados das decisões tomadas, por meio de retroalimentação sistemática, de maneira a que as mudanças necessárias possam ser implementadas. Trata-se

- (A) da elaboração de políticas.
- (B) da alocação de recursos.
- (C) da tomada de decisão.
- (D) da avaliação.
- (E) do planejamento.

10. FCC - AJ TRT22/TRT 22/APOIO ESPECIALIZADO/BIBLIOTECONOMIA/2022

Assunto: Introdução ao Processo de Planejamento (diretrizes, princípios, características, etapas, níveis)

Em serviços de informação, fala-se em planos

- (A) globais, que fornecem os fundamentos para as atividades da unidade de informação.
- (B) específicos, determinados a enfrentar catástrofes.
- (C) especiais, voltados à determinada área de atuação.
- (D) setoriais, relacionados a implementações pontuais.
- (E) emergenciais, que traçam diretrizes para situações não planejadas.

11. FCC - AJ TRT22/TRT 22/APOIO ESPECIALIZADO/BIBLIOTECONOMIA/2022

Assunto: Introdução ao Processo de Planejamento (diretrizes, princípios, características, etapas, níveis)

Na implementação do diagnóstico organizacional, realiza-se a coleta de dados, que pressupõe a consulta a usuários e funcionários da unidade de informação. Para a coleta de dados propriamente dita, podem ser utilizados vários instrumentos, que englobam, dentre outros,

- (A) observação que envolve um pequeno grupo e ajuda a criar um ambiente de livre expressão de pontos

de vista.

- (B) entrevista que possibilita atingir um grande número de pessoas e nos lugares mais diversos.
- (C) questionário que tem como vantagem sua flexibilidade.
- (D) grupo focal que requer um moderador ou facilitador para conduzir a discussão.
- (E) análise comportamental que possibilita a obtenção de dados in loco, no momento em que ocorrem.

12. FCC - ATARH (SERGAS)/SERGAS/2013

Assunto: Introdução ao Processo de Planejamento (diretrizes, princípios, características, etapas, níveis)

O planejamento estratégico força o gerente a sentar e refletir sobre os problemas e alternativas até chegar a uma situação e prever alternativas para direcionar as decisões e superar os problemas. São níveis de planejamento estratégico existentes:

- (A) Operacional, Tático e Estratégico.
- (B) Pessoal, de Crescimento e de Desenvolvimento.
- (C) Técnico e Administrativo.
- (D) Empresarial e de Treinamento.
- (E) Pessoal e Estratégico.

13. FCC - AL (ALERN)/ALERN/BIBLIOTECONOMIA/2013

Assunto: Introdução ao Processo de Planejamento (diretrizes, princípios, características, etapas, níveis)

Considere as afirmativas abaixo, sobre planejamento.

I. O tempo empregado no processo de planejamento nem sempre é menor e mais produtivo do que o tempo gasto com processos improvisados, em que as decisões estejam sujeitas a soluções imediatistas. Isso vai depender de circunstâncias que o bibliotecário tem plenas condições de conhecer e dominar.

II. O interesse pelo planejamento existiu desde o início do século XX, mas inicialmente estava voltado ao controle de métodos, padrões, capacidade e incentivos de produção.

III. As pressões das organizações no sentido de manter ou cortar custos e ampliar e melhorar a qualidade de serviços e programas tornaram o planejamento indispensável ao exercício da administração. No entanto, em muitas bibliotecas ou serviços de informação, essa função não é exercida, ou não o é de forma rigorosa e adequada.